

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2006

I - A Empresa

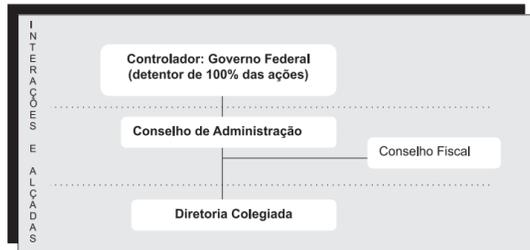
A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional.

Sua missão institucional é a de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Para a execução de suas competências estatutárias e regimentais conta com uma estrutura composta de unidades administrativas – Matriz e 21 Superintendências Regionais – e operacionais, essas representadas por 96 complexos armazeneiros (179 armazéns) destinados à prestação de serviços de armazenamento e correlatos e a comercialização de produtos agrícolas, como suporte aos programas de abastecimento.

Relativamente à força de trabalho, a Conab iniciou o exercício com 3.208 empregados e o encerrou com 3.320. O aumento se deu em função do suprimento de vagas por meio de concurso público.

A sua estrutura orgânica básica de Governança Corporativa é atualmente composta da seguinte forma:



II - A Administração

Conselho de Administração

Órgão de deliberação colegiada, exerce a administração superior da Conab e tem a seguinte composição:

- ▶ O Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o presidirá.
- ▶ O presidente da Conab, que substituirá o Secretário-Executivo, em caso de ausência ou impedimento deste.
- ▶ Até três representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- ▶ Um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Composição atual:

- Luiz Gomes de Souza – Presidente
- Jacinto Ferreira – Conselheiro e Presidente Substituto
- Edilson Guimarães Lima – Conselheiro
- Linneu Carlos da Costa – Conselheiro
- Maçao Tadanó – Conselheiro
- Guilherme Costa Delgado – Conselheiro

Diretoria Colegiada

Constituída de um Presidente e até três Diretores, nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os Diretores são nomeados sem atribuição específica, cabendo ao Conselho de Administração definir a titularidade de cada Diretor.

Composição atual:

- Jacinto Ferreira – Presidente
- José Carlos de Andrade – Diretor de Gestão Administrativa e Financeira
- Pedro Sérgio Beskow – Diretor de Gestão de Estoques
- Silvio Isopo Porto – Diretor de Logística e Gestão Empresarial

III - Mensagem da Diretoria

O exercício de 2006 foi rico em conquistas e avanços significativos na operacionalização e consolidação do modelo de gestão estratégica implementado a partir de meados de 2003, mediante o alinhamento entre a estratégia, os processos de negócios, as iniciativas e as projeções orçamentárias, por meio de um acompanhamento sistêmico e contínuo.

Dando continuidade ao seu plano estratégico, em 2006 a Companhia atuou de forma decisiva nos aspectos de governança corporativa, transparência e um relacionamento mais estreito com as partes interessadas, de forma a assegurar a manutenção de um equilíbrio entre os objetivos priorizados pela alta administração, a delegação e os controles internos.

Todas essas iniciativas estão gerando intensas transformações no *modus operandi* da Companhia, buscando priorizar soluções logísticas e projetos integrados, no intuito de obter maior eficiência e eficácia em suas ações. As conquistas até então alcançadas refletem a estratégia de crescimento baseada na qualidade dos nossos serviços. Não poderia ser outro o resultado diante a retomada da credibilidade perante as partes interessadas, e, por consequência, a uma demanda, cada vez maior, para a execução de novas e importantes atividades no contexto das políticas agrícola e de abastecimento.

Ampliou-se de maneira significativa o leque de operações, passando a Companhia a executar várias ações vinculadas não somente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, como também aos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, especialmente no tocante à operacionalização do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar – PAA e de Cestas Básicas, e, ainda, ao Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil), e ao Gabinete da Secretaria de Segurança Institucional, no contexto de ajudas humanitárias nacionais e internacionais.

A Conab, enquanto gestora dos estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, realiza diretamente as Aquisições do Governo Federal – AGFs, remoções e comercialização de produtos, por meio de leilões eletrônicos, assim como a fiscalização e o controle dos estoques.

Em parceria com a Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa, desenvolveu e vem implementando novos instrumentos de intervenção governamental na comercialização de produtos agropecuários, como é o caso do Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola – PROP oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda, Prêmio Equalizador Pago ao produtor – PEPRO, Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos – PESOJA, entre outras iniciativas.

Quanto ao abastecimento agroalimentar, a Conab, por meio do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, e em interação com Estados, Municípios e outras partes interessadas, vem atuando de forma bastante decisiva no processo de articulação e no âmbito da cadeia de produção, distribuição e comercialização, com o objetivo de promover a modernização do setor.

Ainda dentro do leque de políticas governamentais estruturantes, a Conab vem promovendo a implantação da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, induzindo ações que possam alavancar a expansão e o fortalecimento dos canais regulares de suprimento de produtos básicos às comunidades mais necessitadas, favorecendo a oferta de mercadorias de qualidade e a preços justos.

No âmbito das atividades relacionadas ao levantamento e à avaliação de safras, atuamos não somente na área de grãos, como também no tratamento das informações relacionadas à cana-de-açúcar. O processo de levantamento passou a ter maior consistência a partir da implementação do Projeto de Aperfeiçoamento Metodológico do Sistema de Previsão de Safras no Brasil – GeoSafras, com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira). O desenvolvimento e a operacionalização do projeto envolve a parceria de 20 entidades de pesquisa e ensino, e é acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, assim como por levantamento de campo.

Por força da nova Lei de Armazenagem n.º 9.973/2000 e a regulamentação de que trata o Decreto n.º 3.385/2001, a Conab teve o seu papel no contexto do setor armazenador reforçado de maneira significativa, passando a atuar na capacitação da mão-de-obra, vistoria dos estoques privados, levantamento de informações de estoques privados, e ainda a manutenção e gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazenadoras, envolvendo 16.293 unidades e capacidade estática de 123,5 milhões de toneladas.

Por outro lado, a Conab, enquanto prestadora de serviços de armazenagem, conta atualmente com uma rede de 96 complexos armazeneiros (179 armazéns), com capacidade estática de 2,2 milhões de toneladas. Essa rede destina-se ao atendimento supletivo e ao suporte de armazenagem de estoques públicos e os destinados à distribuição no âmbito do Fome Zero.

Relativamente ao tema informações e conhecimentos, a Conab mantém um banco de dados com séries históricas de preços e vários outros indicadores econômicos e da agropecuária; elabora sistematicamente análises conjunturais e calcula os custos de produção dos produtos amparados pela PGPM, além dos críticos, aves e suínos; realiza diagnóstico e estudos sobre as vias e principais corredores de escoamento da safra brasileira. Essas informações são disponibilizadas ao público por meio do seu site e publicações especializadas.

Sob o ponto de vista econômico-financeiro, apesar das novas ações demandarem despesas extras de custeio e, para as quais, não há alocação de recursos orçamentários específicos, a Conab, graças a uma política de contenção seletiva dos dispêndios, vem conseguindo superar as restrições que se apresentam. Além de garantir que suas atividades não sofressem qualquer solução de continuidade, a política de austeridade levada a efeito gerou uma reversão bastante significativa no resultado econômico líquido do exercício, atingindo um superávit de R\$ 0,7 milhão, em contraposição a um déficit de R\$ 12,6 milhões em 2005.

A propósito, a preocupação com o equilíbrio econômico-financeiro não significa que a Companhia deva ser administrada dentro da concepção empresarial em que a rentabilidade é o foco básico, o que desvirtuaria, obviamente, o seu caráter de serviço público, escapando dos critérios de economicidade global. Entretanto, a administração entende que prejuízo gerado por ineficiência é altamente anti-social, porquanto os recursos pertencem à sociedade, e a esta

devem retornar sob a forma de benefícios efetivos e mensuráveis.

Os resultados das medidas de racionalização dos processos e a redução seletiva de dispêndios comprovam ser plenamente factível o modelo de gestão implementado na Companhia. Referidas medidas, imunes ao vazio recessivo, vêm provocando transformações bastante positivas no seu perfil econômico-financeiro, sem qualquer prejuízo da eficiência de suas ações.

O novo momento vivenciado pela Companhia teve como elemento alavancador o programa de qualificação adequada e o treinamento e capacitação dos seus empregados, com ênfase em questões diretamente relacionadas à competência e formação profissional, assim como o desenvolvimento de lideranças empreendedoras. Nesse sentido, as iniciativas voltadas ao desenvolvimento e capacitação da força de trabalho contemplaram, no transcorrer do exercício de 2006, mais de 5.733 treinamentos. Acreditamos nas pessoas, capacitadas, integradas e motivadas, como força motriz para o alcance dos nossos objetivos comuns.

Enfim, o alcance dessa performance só foi possível pelo talento, dedicação e profissionalismo de todos os nossos colaboradores. A todos expressamos a nossa gratidão e o nosso reconhecimento, por representarem a expressão de que o aperfeiçoamento contínuo e a busca de objetivos comuns transformam tanto indivíduos quanto organizações. Aos Conselhos de Administração e Fiscal, os nossos agradecimentos pelas orientações e fiscalizações dos atos e fatos da gestão, que nos ajudaram na conquista dos resultados alcançados.

Ao Senhor Ministro Luís Carlos Guedes Pinto e ao Excelentíssimo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, os nossos profundos agradecimentos pelo decisivo apoio que, sem o qual, não teríamos, com certeza, condições de viabilizar as transformações implementadas e alcançar a eficiência em nossas ações.

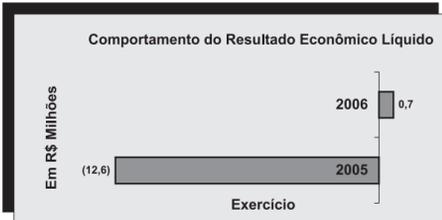
Finalmente, aos nossos clientes, fornecedores e aos demais parceiros da sociedade civil e do setor público, que nos desafiam no dia-a-dia a superar nossas metas e melhorar nossa eficiência, a nossa gratidão por tudo o que alcançamos.

A Diretoria

IV – Desempenho Corporativo

1. Desempenho Econômico-Financeiro

A Conab registrou lucro líquido consolidado de R\$ 0,7 milhão em 2006, evidenciando uma reversão de tendência bastante acentuada em relação ao exercício de 2005, quando foi registrado um prejuízo de R\$ 12,6 milhões. Analisando os componentes da movimentação econômica, constata-se que, enquanto a receita líquida de vendas e serviços experimentou uma expansão nominal de 189% (R\$ 489,5 milhões), as despesas operacionais expandiram em ritmo bem inferior, situando-se no patamar de 7% (R\$ 24,4 milhões). Contribuiu também para a formação do resultado o aumento de 17,16% no grupo de receitas operacionais diversas.

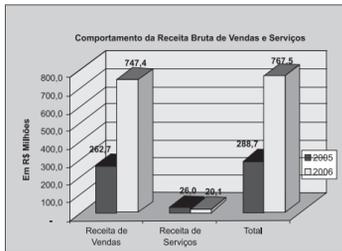


1.1 Comportamento da Receita de Vendas e Serviços

Em 2006, o volume total da receita bruta de Vendas e Serviços atingiu R\$ 767,5 milhões, o que representou um crescimento de 166% em relação ao ano anterior. As vendas dos estoques públicos e estratégicos cresceram na proporção de 184%, variando de R\$ 262,7 milhões para R\$ 747,4 milhões.

O crescimento significativo da receita bruta de venda se deu em função da atuação da Conab – Governo Federal no abastecimento regular dos vários segmentos do agronegócio, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste e mercadorias destinadas à exportação. O ligeiro decréscimo na receita de serviços é resultado de mudança na sistemática de exportação pelo segmento e Unidades Estratégicas em manutenção no período.

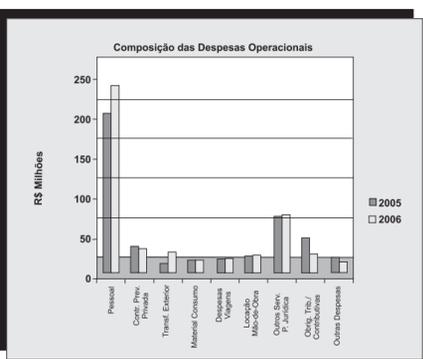
Conforme enfatizado, o grupamento "receitas operacionais diversas" experimentou, na comparação 2006 versus 2005, uma expansão de 17%, o que representou, em termos monetários, um adicional de R\$ 52,0 milhões.



1.2 Comportamento das Despesas Operacionais

Pelo lado das despesas operacionais, a expansão observada foi bem inferior à das receitas operacionais, atingindo o patamar de 7%.

Discriminação	2005		2006		Var. %
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	
Pessoal	189,9	55,9	224,8	61,6	18,4
Comerciais e Administrativas	149,9	44,1	139,4	38,4	(7,0)
Finanças Líquidas	(9,2)	(2,7)	(5,7)	(1,6)	(38,0)
Contribuição Entidade Previdência	21,8	6,4	20,1	5,5	(7,8)
Transferência ao Exterior	1,3	0,4	15,5	4,3	>
Material de Consumo	5,7	1,7	5,4	1,5	(5,3)
Diárias – Pessoal Civil	4,6	1,2	4,7	1,3	2,2
Passagens e Desp. c/ Locomoção	2,7	0,9	3,0	0,8	11,1
Outros Serviços Terç. – P. Física	1,8	0,5	2,0	0,5	11,1
Locação de Mão-de-Obra	10,8	3,2	11,4	3,1	5,5
Outros Serviços Terç. – P. Jurídica	60,6	17,8	62,6	17,2	3,3
Obrigações Trib. e Contributivas	33,3	9,8	13,3	3,6	(60,1)
Encargos de Depreciação	9,7	2,8	10,1	2,8	4,1
Outras Despesas	6,8	2,1	(3,0)	0,8	>
Total	339,8	100,0	364,8	100,0	7,3



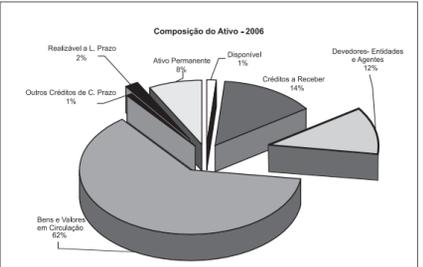
2. Estrutura e Evolução Patrimonial

O Ativo Total experimentou um incremento nominal de 7%, passando de R\$ 2.663,2 milhões para R\$ 2.861,6 milhões. Os estoques para alienação somaram R\$ 1.548,7 milhões, constituindo-se na principal aplicação da Companhia (55% do total das aplicações, contra 61% posicionado em 31/12/2005).

Constata-se que a principal aplicação da Companhia concentra-se no Ativo Circulante, característica típica do seu setor de atividades. Confrontados com os apurados em 31/12/2005, os valores do Circulante experimentaram uma expansão nominal de 9%. A participação sobre o conjunto do Ativo elevou-se de 89% para 90%.

O realizável a Longo Prazo, com uma participação de 2% sobre o total do Ativo (mesmo patamar em 31/12/2005), decresceu nominalmente na proporção de 11%.

Com referência ao Grupo do Permanente, houve uma retração de 3% na comparação com o montante registrado em 31/12/2005. Por outro lado, a participação sobre o total do Ativo caiu de 9% para 8%.



Quanto ao comportamento do Passivo, inicialmente cabe registrar que o incremento do Passivo Circulante verificado de um exercício para outro situou-se no patamar de 9%, mesmo nível de aceleração observado no Ativo Circulante.

O Capital Circulante Líquido experimentou uma expansão nominal de 14,5%, variando de R\$ 103,3 milhões para R\$ 117,8 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Data	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Capital Circulante Líquido
31/12/2006	2.580,4	2.462,6	117,8
31/12/2005	2.368,0	2.264,7	103,3
Variação	212,4	197,9	14,5

Sob o ponto de vista da liquidez corrente, o índice manteve-se estável no patamar de 1,05.



3. Desempenho Operacional

Consoante suas competências estatutárias, a Conab vem atuando:

☑ **Formação dos estoques públicos** – adquirindo produtos por meio das Aquisições do Governo Federal – AGFs, pelo preço mínimo estabelecido pelo governo ou oriundos de Contratos de Opção de Venda, que irão compor os Estoques Reguladores e Estratégicos. A administração dos estoques é realizada pela Conab, de forma a manter a regularidade do abastecimento interno e a segurança alimentar e nutricional da população, além de regular os preços de mercado, garantir a estabilidade da oferta e demanda de alimentos.

No exercício 2006, foram adquiridas aproximadamente 2,6 milhões de toneladas de produtos via AGF e não havendo aquisições por meio do exercício de Contratos Públicos de Opção de Venda, envolvendo recursos da ordem de R\$ 938 milhões, sendo R\$ 615 milhões com a aquisição e R\$ 323 milhões em atividades correlatas à conservação, remoção, comercialização, encargos e comissões. Comparativamente a 2005, o volume físico adquirido manteve-se estável.

☑ **Na garantia de sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e execução dos programas de escoamento de produtos** – Além do AGF e dos Contratos Públicos de Opção de Venda, a Conab também é responsável pela operacionalização dos instrumentos de política agrícola denominados de Prêmio de Escoamento do Produto – PEP, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola – PROP oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda, Prêmio Equalizador Pago ao produtor – PEPRO, Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos – PESOJA, sendo que estes dois últimos foram implementados em 2006. No exercício em análise foram negociados 19,1 milhões de toneladas de produtos e 5,5 milhões de litros de vinho correspondendo a uma subvenção econômica equivalente a R\$ 1.682 milhões.

☑ **Na comercialização dos estoques públicos** – vendendo, por meio de pregão eletrônico, os estoques reguladores e estratégicos, observadas as necessidades de cada região ou identificando áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos. Em 2006 o volume comercializado atingiu o patamar de 2,05 milhões de toneladas de produtos agrícolas, em contraposição a 0,07 milhão de toneladas em 2005, evidenciando um crescimento de 2.829%.

☑ **Na movimentação dos estoques públicos** – promovendo o apoio logístico aos produtores e aos diversos programas de abastecimento e armazenamento, no sentido de disponibilizar espaços de estocagem nas zonas de produção para o recebimento de novas safras, posicionando estrategicamente os estoques, com o objetivo de abastecer regiões vítimas de desequilíbrios de mercado e sujeitas a movimentos especulativos. Durante o exercício foram removidas para diversas regiões do País cerca de 0,27 milhão de toneladas de produtos, o que representou um incremento de 145% relativamente a 2005, quando o volume situou-se no patamar de 0,11 milhão de toneladas.

☑ **Nas pesquisas e avaliação de safras** – promovendo a pesquisa e avaliação de safras, utilizando tecnologias modernas, inclusive com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira).

O procedimento de pesquisa e avaliação de safras por meio de geotecnologias é acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, assim como por levantamento de campo.

☑ **Na operacionalização do Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – PAA** – com a responsabilidade pela execução das ações diretas do PAA, por força de convênio mantido com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e a partir deste ano, também com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. O PAA constitui-se em uma ação estruturante do Fome Zero, no que se refere ao incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, em particular na comercialização, garantindo renda aos produtores familiares e reduzindo os preços dos alimentos. Compreende, também, ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários adquiridos junto ao público alvo às populações carentes.

Em última instância, referida iniciativa do atual Governo e de expressivo significado sócio-econômico, visa, sobretudo, a melhoria do nível de renda dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e das condições calórico-proteicas das populações de baixa renda.

Em 2006, as operações do PAA atenderam a 1932 municípios e 86.766 produtores/famílias, sendo adquiridas 0,22 milhão de toneladas, envolvendo recursos da ordem de R\$ 200 milhões.

☑ **Na execução dos serviços de armazenagem e no acompanhamento do setor** – Em 2006 a Conab aumentou o número de complexos armazeneiros em operação de 88 para 96 (179 armazéns), com capacidade estática de 2,2 milhões de toneladas destinada ao atendimento supletivo e ao suporte de armazenagem de estoques públicos.

Por outro lado, promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto por 16.293 armazéns e capacidade estática de 123,5 milhões de toneladas, realiza estudos sobre a redução de perdas em armazenagem e coleta e disponibiliza informações sobre estoques privados, e outras iniciativas de interesse do setor.

☑ **Na fiscalização dos estoques públicos** – envolvendo mais de uma centena de fiscais no processo de vistoria quanti-qualitativa, de forma a identificar e inibir os desvios de produtos, as perdas, as irregularidades e as condições inadequadas de manutenção e conservação dos estoques nos armazéns, e ainda, a regularidade do desenvolvimento dos instrumentos de sustentação de preços. O processo de fiscalização vem contribuindo de forma decisiva para a redução dos índices de perdas e inibição de desvios, situando-se atualmente em 0,31%, tendo sido fiscalizadas, cumulativamente, no transcorrer do exercício 2006, 21,56 milhões de toneladas, contra 14,4 milhões de toneladas em 2005, evidenciando um incremento de 49%.

☑ **No apoio aos pequenos suínocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais, entre outros** – por meio do Programa de Vendas em Balcão a Conab garante a oferta de milho ao público alvo em suas respectivas regiões, e a preços que proporcione à viabilização do seu empreendimento. No exercício de 2006 foram atendidos 31.353 clientes, com vendas de 0,1 milhão de toneladas.

☑ **Na organização dos micros e pequenos varejistas** – por meio do programa denominado de "Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP", a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de proporcionar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos, um sistema de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seu empreendimento, mediante o suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro, gerando, consequentemente, melhoria do suprimento alimentar às comunidades, pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis; maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação para os Municípios, por conta da formalização e expansão do comércio local. A REFAP conta com 350 unidades varejistas atendidas.

☑ **No fomento ao desenvolvimento do setor de hortigranjeiros e na modernização do processo de gestão e da infra-estrutura de comercialização** – Por meio da Portaria Mapa n.º 171, de 24 de março de 2005, foi instituído, no âmbito da Conab, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, com a finalidade de, em interação com Estados e Municípios e os agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, fomentar o desenvolvimento do setor. Registre-se que 61 mercados atacatistas já aderiram ao Programa.

☑ **No apoio à política de segurança alimentar e nutricional – Fome Zero** – Já no limiar desse Governo, a Conab foi chamada a participar na execução das ações estruturantes do fome zero, envolvendo operações de compra, recepção, controle de qualidade, armazenagem, logística/transporte e distribuição de produtos às populações em situação de insegurança alimentar, envolvendo grupos de acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, em situação emergencial, movimento de atingidos por barragens e indígenas. Durante o exercício 2006, houve 2.101.711 atendimentos, com a distribuição de 0,07 milhão de toneladas de alimentos.

☑ **Na disseminação de conhecimentos e informações** – A Conab elabora e divulga informações relativas aos setores agrícola e de abastecimento, tais como, quase 6.000 séries de preços de produtos agropecuários e insumos, 72 indicadores econômicos, balança comercial do agronegócio com mais de 2.200 itens da NCM – Nomenclatura de Comércio do Mercosul, acompanhamento dos principais produtos exportados e importados, índices de preços recebidos pelos produtores, informações gerenciais sobre os instrumentos de sustentação de preços e de escoamento de produtos, análise conjunturais relativas a diversos produtos no mercado nacional e internacional, entre outros.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	VALORES EM R\$ MIL	
	2006	2005
CIRCULANTE	2.580.456	2.367.971
DISPONÍVEL	37.368	44.926
Bancos Conta Movimento	10	11
Aplicações Financeiras	37.358	44.915
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	742.981	539.893
CRÉDITOS A RECEBER	396.144	280.157
Devedores por Fornecimento	18.278	15.674
Créditos Tributários	226.866	155.623
Recursos a Receber	139.254	101.052
Créditos Diversos a Receber	11.746	7.808
DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES	344.103	251.835
Entidades Devedoras	13.393	8.488
Recursos da União	64.720	8.425
Diversos Responsáveis	265.796	229.133
Créditos Parcelados	194	5.789
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	2.723	2.239
Adiantamentos a Pessoal	2.723	2.239
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	11	5.662
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0	0
Ordens Bancárias a Compensar	0	0
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.781.090	1.781.170
Estoques para Alienação	1.548.730	1.620.756
Estoques de Distribuição	438	1
Almoxarifado	944	809
Títulos e Valores em Circulação	352	132
Estoques em Trânsito	1.374	398
Compra Antecipada - Entrega Futura	229.252	159.074
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.017	1.982
Valores Pendentes	19.017	1.982
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	55.406	61.832
DEPÓSITOS REALIZ. A LONGO PRAZO	31.627	26.403
Depósito Compulsório	838	838
Recursos Vinculados	30.789	25.565
CRÉDITOS REALIZ. A LONGO PRAZO	23.779	35.429
Devedores - Entidades e Agentes	6.604	13.150
Créditos Diversos a Receber	17.175	22.279
Títulos e Valores	0	0
ATIVO PERMANENTE	225.778	233.446
INVESTIMENTOS	91.941	98.919
Participações Societárias	35.035	37.138
Outros Investimentos	56.906	61.781
IMOBILIZADO	133.837	134.527
Bens Imóveis	217.211	210.319
Bens Móveis	41.898	39.835
Bens Intangíveis	0	0
Depreciações	(125.272)	(115.627)
TOTAL	2.861.640	2.663.249

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2006

DETALHAMENTO	VALORES EM R\$ MIL	
	2.006	2.005
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	767.486	288.743
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	747.416	262.726
Vendas Estoques Estratégicos	330.336	240.175
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	419.149	22.666
Vendas Abastecimento Social	604	299
Vendas Atacado - Outros	14	0
Adição a Receita de Vendas	(2.637)	(414)
RECÉITA DE SERVIÇOS	20.070	26.017
Serviços de Armazenagem	20.070	26.017
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	20.641	22.453
ICMS	17.655	18.943
PASEP	380	456
COFINS	1.752	2.126
Vendas Canceladas	1	0
ISS	853	928
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	746.845	266.290
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	985.389	383.282
CMV - Estoques Estratégicos	510.114	350.041
CMV - Estoques Reguladores-PGPM	475.275	33.240
CMV - Abastecimento Social	0	1
CMV - Atacado e Outros	0	0
(+)ARRREDONDAMENTOS	102	(402)
(-)EQUILIZAÇÃO DE PREÇOS	(248.765)	(139.497)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	10.119	22.907
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	364.243	339.771
(-)DESPESAS DE PESSOAL	224.785	189.876
Vencimentos e Vantagens Fixas	139.919	129.004
Obrigações Patronais	49.893	45.619
Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil	9.023	7.607
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios	25.950	7.646
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	139.458	149.895
Despesas/Receitas Financeiras	(5.688)	(9.191)
Contrib. a Entid. Fechadas de Previdência	20.062	21.832
Transf. a Inst. Privada sem Fins Lucrativos	113	0
Transferências ao Exterior	15.535	1.309
Material de Consumo	5.446	5.708
Diárias-Pessoal Civil	4.736	4.580
Passagens e Desp. com Locomoção	2.982	2.672
Serviços de Consultoria	1	0
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.048	1.796
Locação de Mão-de-Obra	11.406	10.847
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	62.615	60.593
Obrigações Tributárias e Contributivas	13.354	33.336
Obras e Instalações	2	0
Aquisições de Bens para Revenda	63	0
Outras Despesas Operacionais	6.783	16.413
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	355.106	303.098
Transferências Financeiras	292.855	261.019
Multas e Encargos de Outras Origens	2.875	4.207
Indenizações e Restituições	33.172	16.551
Receitas Imobiliárias	5.312	6.497
Receitas de Valores Mobiliários	23	775
Receitas Diversas	20.869	14.049
RESULTADO OPERACIONAL	982	(13.788)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.228)	1.193
RECEITA NÃO OPERACIONAL	27	2.448
Alienação de Bens Móveis	(379)	(1.509)
Alienação de Bens Imóveis	0	1.433
Depreciação - Reversão	406	2.524
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.255	1.255
RESULTADO ANTES DO IMP. RENDA E CONTR. SOCIAL	668	(12.573)
Provisão para Imposto de Renda	0	0
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	666	(12.573)
LUCRO POR AÇÃO	0,36	(6,76)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIO DE 2006

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2006	2005
1. ORIGENS DOS RECURSOS		
Lucro Líquido do Exercício	666	0
Depreciações	10.070	0
Lucro/Prejuízo na Venda do Ativo Permanente	(65)	0
Resultado Ajustado do Exercício	10.671	0
Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo	6.425	636
Alienação de Investimentos e do Ativo Imobilizado	63	5.273
Desincorporação de Bens Patrimoniais/Investimentos	1.114	8.821
TOTAL DAS ORIGENS	18.273	14.730
2. APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Prejuízo Líquido do Exercício	0	12.573
Depreciações	0	(9.454)
Lucro/Prejuízo na Venda do Ativo Permanente	0	2.448
Resultado Ajustado do Exercício	0	5.567
Aquisições de Bens ou Direitos do Ativo Imobilizado	3.463	6.653
Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo	170	199
TOTAL DAS APLICAÇÕES	3.633	12.419
3. VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO	14.640	2.311
4. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO ATIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	2.367.971	1.570.554
Resultado de Exercícios Anteriores	(46)	(7.733)
Ativo Circulante Inicial Ajustado	2.367.925	1.562.821
No Final do Exercício	2.580.455	2.367.971
	212.530	805.150
PASSIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	2.260.745	1.457.906
Resultado de Exercícios Anteriores	4.000	0
Passivo Circulante Inicial Ajustado	2.264.745	1.457.906
No Final do Exercício	2.462.635	2.260.745
	(197.890)	(802.839)
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	14.640	2.311

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2006

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL		RES. LUCROS		LUCROS OU PATRIMÔNIO	
		CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	DOAÇÕES E SUBVENC. P/ INVESTIM.	RESERVA LEGAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EM R\$ 1000
SALDO EM 01/01/2005	223.181	25.373	583	10.003	162.948	422.088	
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR					(7.733)	(7.733)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO					(12.573)	(12.573)	
DOAÇÕES			33			33	
SALDO EM 31/12/2005	223.181	25.373	616	10.003	142.642	401.815	
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR					(4.084)	(4.084)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO					666	666	
DOAÇÕES			89			89	
SALDO EM 31/12/2006	223.181	25.373	705	10.003	139.224	398.486	

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei 8.029, de 12 de julho de 1990, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional.

Sua missão institucional é a de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Para cumprir com sua missão e suas competências estatutárias, a Conab atua:

- Na formação dos estoques públicos;
- Na garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e execução de programas de escoamento de produtos;
- Na comercialização de estoques públicos;
- Na movimentação de estoques públicos;
- Nas pesquisas e avaliação de safras;
- Na operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA;
- Na execução dos serviços de armazenagem e no acompanhamento do setor;
- Na fiscalização dos estoques públicos;
- No apoio aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros e moinhos coloniais;
- Na organização dos micros e pequenos varejistas;
- No fomento ao desenvolvimento do setor de hortigranjeiros e na modernização do processo de gestão e da infra-estrutura de comercialização;
- No apoio à política de segurança alimentar e nutricional – Fome Zero;
- Na execução do programa de distribuição de alimentos;
- Na disseminação de conhecimentos e informações, entre outras iniciativas.

NOTA 2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade e obediência aos preceitos da Legislação Comercial que rege a matéria, à Lei 6.404/76, das Sociedades Anônimas, aos Princípios de Contabilidade geralmente aceitos e à Lei 4.320/64 que define as normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos e balanços da União.

As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras e que merecem ser destacadas, foram as seguintes:

2.1 - Apuração do Resultado

O resultado foi apurado em obediência ao regime de competência do exercício.

2.2 - Direitos e Obrigações

Os direitos foram demonstrados pelos valores de realização e as obrigações pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os rendimentos ou encargos, em cada caso, e as respectivas variações monetárias quando aplicáveis, classificados de acordo com os artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76.

2.3 - Estoques de Produtos

2.3.1 - Estoques Reguladores e Estratégicos

A formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são executadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, excluído o ICMS recuperável, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 38, de 9/3/2004.

2.3.2 - Demais Estoques

Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

2.4 - Almoxarifado

Os itens existentes nos almoxarifados foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

2.5 - Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem

Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial nº 38, de 9/3/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos.

2.6 - Ativo Permanente

Os investimentos e o imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes. A depreciação foi calculada pelo método linear, aplicando-se as taxas correspondentes ao tempo de vida útil das respectivas espécies de bens, e observados os limites estabelecidos pela legislação vigente.

2.7 - Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido foram apurados com base no lucro real trimestral, na forma da legislação em vigor.

NOTA 3 - CRÉDITOS A RECEBER

3.1 - Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 18.278.100,05 correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

3.2 - Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados futuramente, a saber:

Discriminação	Valores em R\$	
	Exercício 2006	Exercício 2005
ICMS a Compensar	225.961.202,81	153.116.802,90
IRRF a Compensar	884.533,31	2.472.413,41
Contribuições Outros Impostos	20.273,05	33.680,70
TOTAL	226.866.009,17	155.622.897,01

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

3.3 - Recursos a Receber

3.3.1 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

O montante de R\$ 77.445.219,54 refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2007, de despesas processadas e liquidadas e restos a pagar não processados, relativos a gastos com custeio e convênios.

3.3.2 - Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- Valor de R\$ 28.351.541,86, referente às aquisições contratadas em 1999 para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, cujos pagamentos foram realizados com recursos próprios da Conab.
- Valor de R\$ 7.517.861,27, referente aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2006, decorrentes de despesas com a folha de pagamento a pagar no exercício seguinte.
- Valor de R\$ 25.938.804,86, referente aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2007.

Citados valores fizeram parte do processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – Quadro III, item 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.

Discriminação	Valores em R\$	
	Exercício 2006	Exercício 2005
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	77.445.219,54	31.019.652,80
Recursos a Receber – Tesouro	61.808.207,99	70.031.977,68

3.5.2 – Devedores – Entidades e Agentes – Longo Prazo

Descrição	Valores em – R\$	
	31/12/06	31/12/05
Créditos Parcelados	6.494.310,13	13.036.556,21
Créditos a Recuperar	109.875,39	113.237,83
TOTAL	6.604.185,52	13.149.794,04

3.6 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no curto e longo prazo, totalizando R\$ 30.799.577,15.

3.7 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

Destaque-se o valor de R\$ 228.613.189,01, que representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004, 2005 e 2006, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, que serão quitados mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Com relação às Cédulas de Produto Rural – CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420, de 20 de dezembro de 2006, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-B à Lei 11.322, de 13/7/2006, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – SAP, permitindo a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei.

Descrição	Valores dos Estoques – R\$	
	31/12/06	31/12/05
Estoques de Mercadorias	1.549.167.910,09	1.620.756.213,44
Estoques de Almoxxarifado	1.295.984,49	942.240,75
Estoques em Trânsito	1.373.951,34	397.807,21
Compra Antecipada – CPR Alimento e Especial	228.613.189,01	159.073.980,92
Estoques a Incorporar pela Inscrição em Restos a Pagar	638.473,14	0,00
TOTAL	1.781.089.508,07	1.781.170.242,32

NOTA 4 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$ 25.948.968,56, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções para pagamento de Valores de Escoamento de Produção – VEP.

NOTA 5 - PROVISÕES

5.1 – Provisão para Férias e Encargos Sociais sobre Provisões

Estão representadas pelo total de R\$ 15.255.834,50 e R\$ 5.382.378,37, respectivamente.

5.2 – Provisão para IRPJ e CSLL

Foi constituída provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no valor de R\$ 2.139,13, incidente sobre o lucro real apurado no Livro de Apuração do Lucro Real no 4º trimestre de 2006, relativo às operações com atividades próprias da Conab. Não restou imposto de Renda a pagar, após as adições, exclusões e compensações legais.

5.3 – Provisão para ICMS e INSS

Em função das autuações fiscais ocorridas no Estado do Mato Grosso, foi constituída provisão para o ICMS no exercício de 2003, no valor de R\$ 43.252.515,98, referente aos Autos de Infração nºs 42.185, 42.186, 42.200 e 25.539 da Secretaria de Fazenda daquele Estado que estão em discussão na esfera judicial, além do valor de R\$ 3.216.266,88, objeto do processo nº 96.0454318 e outros, da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, todos relacionados com as operações da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

Foi efetuada a baixa de parte da provisão para o INSS, constituída em 2003, no valor de R\$ 2.043.573,43, relativo ao abono pecuniário e licença prêmio, objeto do Auto de Infração do INSS nº 35187355-4, em face de decisão judicial favorável à Conab em sentença proferida nos embargos à execução do processo nº 2003.34.00.031908-2, permanecendo provisionada a parte correspondente

ao abono do acordo coletivo de trabalho concedido nos anos de 1996 a 2000, no valor de R\$ R\$ 6.325.842,86, além do valor de R\$226.100,97, referente aos Autos de Infração nºs 31984538-9, 31984613-0, 31984610-5, 31984616-4, 31984609-1, 31984607-5, 31984611-3, 31984615-6, 31984612-1, 31984614-8, 31984539-7, 31984608-3 e 31984618-0, oriundos de glosas realizadas pelo INSS nas compensações feitas nos créditos do FINSOCIAL, apurados na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul.

Foi constituída neste exercício provisão para o INSS no valor de R\$ 2.698.945,30, referente ao abono proveniente de acordo coletivo de trabalho, objeto da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFDL nº 35722571-6 e parte do Auto de Infração nº 35722573-2, contestado judicialmente pela Conab, correspondente ao período de 2000 a 2003.

NOTA 6 - OPERAÇÕES ESPECIAIS

6.1 – Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos

Refere-se ao registro das transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional a Conab dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2006, corresponde a R\$ 1.912.587.653,06.

6.2 – USAID/Clube de Paris

Trata-se de financiamento assinado em 1971, com vencimentos semestrais, amortizáveis em dólar americano, a juros de 2% a.a., durante os dez primeiros anos e o restante a 3% a.a., e destinado a financiar a modernização do Sistema de Abastecimento. Apresentou o saldo em 31/12/2006, de R\$ 450.136,85, com vencimento final em 18 de dezembro de 2012.

As parcelas nºs 21 e 22, vencidas em 18/10/1992 e 18/4/1993, foram honradas pelo Tesouro Nacional, totalizando R\$ 82.826,62, equivalente, à época, a US\$ 45.659,66. Esse valor foi quitado naquele exercício por meio do Banco do Brasil, conforme contrato de confissão de dívida assinado entre a União e a Companhia, com intervenção daquele Banco, o qual foi quitado em dezembro de 2006.

NOTA 7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 – Capital

O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

7.2 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos de Opções, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2006, a Companhia apurou lucro após a Contribuição Social e o Imposto de Renda, na ordem de R\$ 665.933,88, conforme abaixo discriminado:

ATIVIDADES	RESULTADO (R\$)
Resultado das Operações com Estoques Públicos	9.189.114,48
Resultado das Demais Operações	(8.523.180,60)
Resultado da Conab	665.933,88

7.3 – Reserva Legal e Dividendos

Conforme disposto na Nota 7, item 7.2, o lucro líquido auferido no exercício de natureza econômica foi decorrente de operações com estoques públicos, em face do reconhecimento de direitos, objeto da nota explicativa nº 3, item 3.5, segundo parágrafo. Assim sendo, não houve constituição de reserva legal nem distribuição de dividendos, uma vez que o valor financeiro, quando arrecadado, será transferido integral e diretamente ao Tesouro Nacional, consoante o disposto no art. 3º, inciso I, da Portaria Interministerial nº 38, de 9 de março de 2004, que se transcreve: "art. 3º O retorno de recursos financeiros ao Tesouro Nacional se dará: I – pelo valor e na ocasião dos recebimentos de vendas, indenização de perdas e quaisquer outras receitas com alienação de estoques públicos..."

7.4 – Resultado de Exercícios Anteriores

Foram procedidos lançamentos contábeis na conta de Resultado de Exercícios Anteriores, de modo a desonerar do resultado deste exercício o repasse efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional para atender as despesas dos Estoques Reguladores e Estratégicos, inscritos em restos a pagar processados no exercício de 2005, no valor de R\$ 3.999.780,86. Procedimento adotado em função da sistemática consignada na Portaria Interministerial nº 38/2004, que determina a inclusão nos estoques de todas as despesas decorrentes das aquisições e manutenção dos estoques públicos, com vistas à apuração do custo real. Foram efetuadas as adequações necessárias

nos esquemas contábeis em 2006, de modo a compatibilizar o registro dos restos a pagar das despesas com estoques Reguladores e Estratégicos com os procedimentos previstos na mencionada portaria.

NOTA 8 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, no valor total de R\$ 28.617.655,11, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular da qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuados no estado de Goiás, processo nº 09.0222/03.

NOTA 9 - ACÓRDÃO TCU Nº 2016/2006

Consoante determinação constante no Ofício nº 428 TCU/SEMAG-1DT, de 9/11/2006, em face de decisão da Sessão Plenária de 1º/11/2006 que aprovou o Acórdão nº 2016/2006, proferido nos autos do Processo nº 011.810/2006-8, que se transcreve: "9.4 determinar às empresas estatais dependentes e ao Banco Central que, em cumprimento ao art. 18 da Lei 10.180/2001, incluam, nas notas explicativas publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis emitidas segundo a Lei 6.404/76, conciliação dos valores destas com aqueles relativos aos demonstrativos levantados pela ótica da Lei 4.320/64 e obtidos via Siafi.", esclarece-se o que se segue:

A Conab via decisão administrativa e objetivando dar segurança, agilidade e transparência às suas ações, ingressou no sistema Siafi em 1992 e foi a empresa estatal pioneira em adotar tal procedimento. Naquela ocasião o sistema sofreu inúmeros ajustes, de modo a permitir a contabilização de atividades de compra, estocagem e venda de produtos, além das peculiaridades próprias de empresas obrigadas a seguir os ditames da Lei 6.404/76. Desde então, a Conab utiliza o Siafi para registrar todos os seus atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial na modalidade total. Assim sendo, a Companhia não utiliza sistemas paralelos e as demonstrações contábeis publicadas segundo a Lei 6.404/76 não apresentam divergências com os demonstrativos elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64. A seguir alguns pontos considerados fundamentais para eliminar tais diferenças:

- Regime de competência – a Conab utiliza todos os mecanismos existentes no sistema que permitem o registro de despesas e receitas pelo regime de competência.
- Inscrição em restos a pagar não processados – embora seja rotina típica de contabilidade pública, a Conab efetua registros complementares de modo a eliminar do resultado o reflexo da inscrição de restos a pagar não processados.
- Prazo de encerramento do exercício – a Conab se estruturou de modo a cumprir os prazos estabelecidos.

NOTA 10 - ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius é a entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, cuja patrocinadora é a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, e tem como finalidade instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma das Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e promover o bem estar social dos empregados da Conab.

Referida entidade, com sede e fora na cidade de Brasília-DF, foi criada em 1978, pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, através da Portaria nº 1.383, de 08 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 1979.

Cabe destacar o saldo constante na conta Contrato de Serviço – Compensação, no valor de R\$ 75.011.243,17, correspondente às insuficiências atuariais contratadas pela Conab, na condição de patrocinadora do Instituto, objeto de Convênio celebrado em 7/10/94 e seus aditivos.

JACINTO FERREIRA PRESIDENTE	JOSÉ CARLOS DE ANDRADE DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
PEDRO SERGIO BESKOW DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES	SILVIO ISOPO PORTO DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL
EUGENIA MARIA ROCHA DE OLIVEIRA SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE TEC. CONTABILIDADE CRC DF 015416/O-8 CPF:281690001-06	

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA - Exercício 2006

No processo de tabulação dos resultados das pesquisas, separou-se para análise pormenorizada do universo de 43 indicadores uma seleção amostral de sete, o que equivale aproximadamente a 15%, percentual de amostra previsto no item 2.5 do Manual de Auditoria Interna - MAI, representados no quadro a seguir:

ORDEM DOS IDs DE MAIOR RELEVÂNCIA	INDICADOR (Número e especificação)
1º	07- Número de séries estatísticas disponíveis;
2º	12 - Número de estudos e análises encaminhados ao MAPA;
3º	29 - Número de profissionais capacitados;
4º	32 - Número de pessoas que passaram por treinamentos específicos voltados às atividades;
5º	38 - % de recebimento da prestação de serviços de armazenagem;
6º	40 - % execução orçamentária-financeira dos recursos próprios;
7º	41 - % execução orçamentária-financeira dos recursos do Tesouro Nacional.

Dos sete indicadores selecionados para análise, os quais sinalizaram para o cumprimento das respectivas metas fixadas para o ano de 2006, a Unidade de Auditoria Interna conclui que atenderam a requisitos de qualidade e de confiabilidade requeridos pela ferramenta BSC, implantada a partir do citado Voto Presi 02/2004, de 7/12/2004.

No entendimento da Coaud, a Companhia poderia incrementar suas avaliações quanti-qualitativas, mediante a inclusão, no Mapa Estratégico Corporativo, de um objetivo estratégico específico na área de custos e no estabelecimento de iniciativa pertinente à gestão de riscos operacionais, com enfoque predominante para os setores operacionais finalísticos da Companhia (armazenagem, por exemplo).

V. CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Mediante aplicação de testes de observância, seguindo roteiros técnicos denominados Questionários de Avaliação dos Controles Internos Administrativos (QACI), de que tratam os itens 2.3 e 3.3 do Manual de Auditoria Interna (MAI), concluímos que os controles da entidade estão adequados e aderentes às normas internas da Conab e que pequenas disfunções pontuais estão sendo saneadas diante, inclusive, das orientações da circular interna da Audin de nº 402, de 17/11/2005, presente o imperativo quanto à relação custo/benefício do artigo 14, do Decreto-lei nº 200, de 25/02/1967.

No nosso entendimento, a Conab se preocupou com a adequação de seus controles internos administrativos à natureza, complexidade e escala de suas operações, constatando-se a existência de arranjos claros e formalizados de delegação de autoridade e responsabilidade, segregação de funções (em aprovações, verificações e avaliações de desempenho de unidades organizacionais da Companhia), contabilização de ativos e obrigações, conciliação desses processos e salvaguarda de ativos/valores. A Conab, em linhas gerais, preocupou-se com a documentação e a organização dos sistemas de controles internos, cujas normas internas organizativas (estatuto, regimento e organograma), manuais de rotinas e procedimentos foram disponibilizados na intranet, a todo o corpo profissional, em atendimento aos requisitos de gestão democrática, participativa, transparente e ética, a que faz referência o inciso V, artigo 2º do Decreto nº 5.378, de 23/02/2005.

Constatou-se, ainda, a atenção da Conab no desenvolvimento de uma robusta cultura de estratégia, controle e de gestão orientada a resultados, utilizando-se de canais de comunicação constante entre os seus vários níveis hierárquico-organizacionais, merecendo destaque a disponibilização física e em meio magnético (intranet) de: *clipping* diário, "Notícia do Dia", "Folha da Conab", etc; em consonância com a metodologia COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras) de controles internos, a qual propugna pela criação de um ambiente de controle sobre as transações, que se viabiliza na medida em que as pessoas saibam acerca de suas responsabilidades e dos limites de sua atuação.

VI. A REGULADIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

No entendimento da Coaud, a Companhia procurou respeitar o sigilo e o não favorecimento de terceiros na fase interna dos procedimentos licitatórios, garantindo a igualdade entre os licitantes e abolido formas de discriminação entre os participantes dos certames, em consonância com o princípio da isonomia a que se refere o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

Foram realizadas avaliações da regularidade dos instrumentos convocatórios; constatando-se que o dimensionamento dos preços de referência foram estabelecidos com fulcro em orçamentos detalhados e por meio de pesquisas de preços. Outra constatação foi a inexistência de cláusulas restritivas ao caráter competitivo, em observância ao estatuto das licitações e das condições previstas nos editais, assegurados o contraditório e a ampla defesa aos interessados.

Quando às revogações de certames licitatórios ocorridas, observou-se que foram motivadas em razão do interesse da Administração, a qual preocupa-se com a avaliação da execução físico-financeira dos contratos a que se refere o artigo 67, da Lei nº 8.666/1993, com reflexos na verificação do correto recebimento/aceitação de bens e serviços, *vis-à-vis* as condições editalícias ou contratuais. Nas excepcionalidades relativas à entrega de bens ou ao atesto dos serviços, os assuntos foram submetidos, na via de consequência, às unidades organizacionais demandantes e à assessoria jurídica, para fins de análise e manifestação; sem embargo à aplicação de sanções dentro dos prazos e em conformidade com os percentuais e condições estabelecidos nas cláusulas contratuais, com recomendação da Administração no sentido de que os valores fossem retidos/descontados, dos faltosos, por ocasião do efetivo pagamento do bem e do serviço prestado, conforme o caso.

Em termos de alterações contratuais, verificou-se que a Companhia promove avaliação dos aditamentos contratuais, em especial quanto a não alteração do objeto contratual, baseado em projeto inicial básico e/ou executivo. Verificou-se, ainda, diante da necessidade de acréscimos ou supressões, que a Companhia solicita estudo técnico pela área demandante, existindo casos que são apreciados, também, pela área de assessoramento jurídico. No que é pertinente à concessão de re-equilíbrio econômico-financeiro, observa-se o interregno de 12 (doze) meses, aplicando-se os índices estabelecidos nos acordos coletivos das categorias profissionais. Em termos

de reajustamento de contratos, detectou-se conformidade com o que fora pactuado nos respectivos instrumentos.

VII. O GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIO, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Em 2006, a Conab firmou, na condição de concedente, apenas um convênio (SIAFI nº 572144), assinado no mês de outubro com a Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), que teve como objeto o treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoas ligadas ao setor de produção e armazenamento agrícola, empregados da Conab ou de pessoas por ela indicadas, bem como a realização de seminários, aprimoramento de material didático dos cursos e produção de boletins de divulgação de técnicas na área de armazenagem, desenvolvimento de projeto de pesquisa para quantificação de perdas no pós-colheita, implementação de programa de transferência e difusão de tecnologia na área de armazenamento, integração com as Escolas Técnicas, desenvolvimento de software para apurar os custos da atividade de armazenamento e processamento e provisão para a realização de um total de 160 (cento e sessenta) cursos, ao longo de seu período de execução (10/2006 a 12/2010).

VIII. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius) é uma entidade fechada de previdência complementar (conforme Lei Complementar nº 108/2001), que está sob regime especial de intervenção federal desde 14/12/2000, por força da Portaria MPAS/ nº 9.093, de 13/12/2000. A Conab, na busca para assegurar a contribuição, como patrocinadora principal do Cibrius, e realizar o pagamento em conformidade com o plano de custeio (custos do plano de benefícios) – obteve crédito orçamentário de R\$ 20.061.884,00 (vinte milhões e sessenta e um mil e oitocentos e oitenta e quatro reais), tendo sido executado 100% do programado, conforme demonstrativos do quadro abaixo e de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 109/2001.

Contribuição à Previdência Privada			
Discriminação	Exercício e valores (em R\$)	Incremento Nominal %	
	2005	2006	
Orçamentário	21.832.360,00	20.061.884,00	-8,1
Executado	21.832.360,00	20.061.884,00	-8,1
Índice de Execução %	100,00	100,00	---

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Siafi

Elaboração: Conab/Digem/Supav/Geare

Demonstrativo dos Pagamentos com Previdência Privada				
Discriminação	Até 31 de dezembro (R\$)	2005	2006	Varição (%)
Entidade Fechada de Previdência Complementar	21.832.360,00	20.061.884,00		-8,1
Complemento de Previdência (Serviço Passado)	14.071.471,00	11.658.306,00		-17,15
Contribuição Partidária	7.758.555,00	8.403.578,00		8,31
Contribuição PDVI	2.334,00	0,00		-

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Dre/Siafi

Elaboração: Conab/Digem/Supav/Geare

No período sob exame, não se constatou casos de cessão de pessoal ou de bens patrimoniais da Conab, na condição de patrocinadora.

Conforme informações do Cibrius, a esta Unidade de Auditoria Interna, a dívida contratada, configurada como Contribuições Amortizantes decorrentes da assunção pela Conab de Serviço Passado, revestiu-se de regularidade por força de Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994, e posterior aditamento em 12/12/2002, com a devida aprovação dos órgãos supervisores e fiscalizadores, cujo saldo, em 31/12/2006, situava-se em R\$ 77.207.549,51 (setenta e sete milhões e duzentos e sete mil e quinhentos e quarenta e nove reais e cinco centavos). A referida dívida teve origem na adesão ao Plano de Benefícios do Cibrius, da massa de empregados (oriundos das ex-empresas Cobal, CFP e Cibrazem, as quais formaram a Conab) não alcançados pelo benefício da previdência complementar, cujo serviço passado foi assumido pela Conab nos termos do Convênio de Adesão.

IX. O CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

Em conformidade com o PAINT, documento que contém a programação anual dos trabalhos de auditoria interna, verificou-se que as auditorias programadas foram 100% realizadas, sendo que as recomendações decorrentes ensejaram adoção de providências corretivas por parte dos gestores, monitoradas na forma de *follow-up*, conforme Prática Recomendada/IIA nº 2500-1.

Em decorrência das sugestões da Unidade de Auditoria Interna, por intermédio da CI Audin nº 416, de 13/12/2005, a área de gestão de pessoas promoveu, em 2006, dois eventos de capacitação, à luz de julgados do Tribunal de Contas da União, realizados no auditório do CDRH, quais sejam: a) Convênios Federais (de 22 a 26/5/2006 – 56 empregados); e b) Licitações (de 2 a 6/10/2006 – 75 empregados e quatro convidados).

X. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Pelos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificamos que as recomendações/determinações expedidas pelos órgãos externos de controle foram objeto de ações saneadoras da Companhia com vistas ao seu cumprimento, monitoradas na forma de Plano de Providências.

XI. CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2006, o Conselho Fiscal atuou de forma permanente e efetiva no fortalecimento dos controles utilizados pelo segmento correicional da Companhia, com vistas à mitigação de riscos associados aos acompanhamentos de correção, levando-se

A Coordenação de Auditoria Interna (Coaud), com base nas normas de auditoria interna aplicáveis e nas técnicas e procedimentos amostrais realizados, examinou os atos e fatos praticados no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), relativos ao exercício findo em 31/12/2006, dando cumprimento ao disposto no inciso V, artigo 15, do Regimento Interno da Conab (normas da organização código n.º 10.104). Os procedimentos de revisão consistiram basicamente de: i) entrevistas junto a profissionais da Companhia para entendimento dos principais critérios e premissas utilizados na preparação das peças inseridas no processo de prestação de contas anual; ii) análises de informações de arquivos eletrônicos extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e confronto, em base de amostragem, dessas informações com a documentação que suportou os respectivos registros contábeis; iii) confrontação com fontes de informações extra-contábeis, em base de amostragem; iv) revisão, em base de amostragem, de contratos, acordos e outros instrumentos/documentos comprobatórios, e confronto com as informações contidas no Siafi; e v) análise de processos de trabalho e de fluxos de informações que subsidiaram a percepção sobre o nível de aderência da gestão aos princípios de controles internos administrativos.

I. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A elaboração do processo de prestação de contas anual atendeu às regras estabelecidas na Portaria n.º 190, de 11/12/2006, do Senhor Presidente da Conab, bem como a Instrução Normativa/TCU n.º 47/2004, a Decisão Normativa/TCU n.º 81/2006 e a Norma de Execução/CGU n.º 3, de 28/12/2006, de que trata a Portaria/CGU n.º 555, de 28/12/2006, publicada na edição do Diário Oficial da União de 29/12/2006, representando, de forma fidedigna, as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

Merece registro a exiguidade de tempo para que esta unidade de auditoria interna e áreas envolvidas atendessem às alterações introduzidas pela DN/TCU n.º 81/2006 e pela NE/CGU n.º 3/2006 as quais, em nosso entendimento, deveriam ter sido publicadas no início de 2006 – até mesmo para subsidiar a elaboração do PAINT/2007 – na medida em que ampliou, consideravelmente, o escopo do trabalho da Co

em conta as melhores práticas inerentes a processos de trabalho, conforme as CI's/CONFIS n.ºs 003/2006 e 007/2006, o que redundou em informações mais atualizadas e na elaboração do "Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração (PIA) em Andamento e Concluídos", o qual representa, no entender desta Unidade de Auditoria Interna, aprimoramento dos antigos relatórios de correição.

Além disso, o Conselho Fiscal atuou com proposições pertinentes ao fortalecimento dos controles inerentes à gestão de empregados cedidos, inclusive para agilização do recebimento de débitos em atraso junto à Secretaria de Estado do Trabalho/GO, Agência Nacional de Águas (ANA) e Rede Ferroviária (RFFSA).

Relativamente à demanda de membros do Conselho de Administração, esta

Unidade de Auditoria Interna acatou sugestão no sentido da elaboração de programas de auditoria na seara finalística da Companhia, já tendo sido disponibilizados às equipes multidisciplinares de auditores internos os seguintes programas: a) Prêmio de Escoamento de Produto – PEP; e b) Unidades Armazenadoras – UAs; os quais foram objeto de validação por parte dos segmentos técnicos da Companhia, inclusive.

XII. CONCLUSÃO

Em nossa opinião, a prestação de contas da Conab, relativa ao exercício/2006, está em condições de ser submetida à apreciação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU, para fins de aprovação.

Brasília-DF, 06 de março de 2007

Fernando José Sales
Auditor Interno
CORECON/11ª R nº 2171**Maria Inês Lasmar Alvarenga**
Auditor Interno
CRC/DF nº 4302-DF**Paulo Ricardo Grazziotin Gomes**
Coordenador de Auditoria Interna
CORECON/11ª R nº 3772**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos IV e V do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo examinado o Balanço Patrimonial da Conab, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, as Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas, o Relatório de Gestão e o Relatório da Administração, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, considerando ainda, o contido no Parecer da Coordenadoria de Auditoria Interna, resolve APROVÁ-LOS e submete-os ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Brasília-DF, 12 de março de 2007

LUÍZ GOMES DE SOUZA
Presidente
GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro**JACINTO FERREIRA**
Conselheiro
MAÇAO TADANO
Conselheiro**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, com base nos incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, e no uso das atribuições estatutárias, em reunião extraordinária realizada em 7 de março de 2007, examinamos o Relatório da Administração e os Demonstrativos Contábeis, que compõem a Prestação de Contas do exercício de 2006, e respaldados no contido no item II do Parecer da Coordenadoria de Auditoria Interna – Coaud, datado de 6/3/2007, além da CI/SUCON nº 00132, de 7/3/2007, somos de opinião que: o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia e encontram-se em condições de serem apreciados.

Brasília-DF, 7 de março de 2007

MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE**EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**
CONSELHEIRA**LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**
CONSELHEIRA**CONAB****TAMANHO: 03 (06 x 52) + 06 x 12 = 06 x 168 (29,7)****Planilha: 0028/07****Jornais:***** Correio Braziliense (DF) - 07877/2007****Data: 05.04.07****Indeterminado/Regional**

Kátya
27.03.07 11:05
Correção: 14:29
Gilmar
15:21 29/03/07
ALTERAÇÃO DE DATA (Andréia):
Danúbia
04/03/07 11:32